



ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS: NEM MARCELO, NEM VENTURA

Frente Unitária Antifascista

As eleições presidenciais em Portugal representarão uma nova possibilidade para a extrema-direita proto-fascista ganhar força e alento e a esquerda com a sua divisão parece apostada em contribuir para essa hipótese.

A esquerda parlamentar que passou os últimos cinco anos amarrada às políticas do governo que levaram, pelos seus efeitos negativos, ao ressurgimento da extrema-direita no país cai agora no erro de não levar a sério a disputa presidencial apenas lançando candidaturas para marcar território.

Perante uma política do Governo de contínuo apoio aos grandes empre-sários e banqueiros do país e falta de apoios aos trabalhadores e pequenos empresários do país durante a pandemia, tem elevado o grau de desespero destes últimos. Sem opo-sição à esquerda que lute pelas demandas destes sectores deses-perados eles voltam-se para as saídas autoritárias e de incentivo ao ódio da extrema-direita.

Um primeiro sinal disso foram os resultados eleitorais para o parlamento regional dos Açores, só assobia para o lado quem quiser. Mas se de um lado temos o Governo e os seus apoiantes à esquerda a dar gás à extrema-direita,

agora temos o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e o PSD a colocar fogo nesse gás. O PSD legitimando a política proto-fascista do Chega para chegar, a todo o custo e sem princípios, ao poder e Marcelo não só dando o visto bom como patrocinando o acordo.

Marcelo mostra que toda a sua estratégia é trazer a direita ao poder nem que seja com a extrema-direita atrelada e demonstrando aos iludidos com os retratos fotográficos contínuos que os afectos dele são com o grande capital. O primeiro ministro, António Costa, que para manter a burguesia na mesma sala de refeição que a esquerda parlamentar precisa da unidade com Marcelo e apoia a recandidatura deste. Chegados há um ano atrás tínhamos duas candidaturas: a da extrema-direita e a da direita que coopera com aquela.

Perante este cenário as esquerdas, que se opõem às duas direitas, tinham a oportunidade de apresentar uma candidatura conjunta que certamente geraria o ânimo necessário nas massas populares para se fazer frente a dois desafios: obrigar Marcelo a uma segunda volta e não permitir a disputa do segundo lugar por parte de Ventura. No entanto, a disputa do seu território à esquerda é mais relevante do que o

objectivo político de derrotar a direita e os proto-fascistas.

A incapacidade de enxergarem o mal estar, a ansiedade e a confusão que gerarão na massa trabalhadora, irá provavelmente traduzir-se em que de três candidaturas apenas uma consiga se colocar por diante do proto-fascista. A concretização desta hipótese será um balde de desânimo lançado sobre a esquerda e activistas, justo agora que a extrema-direita têm saído derrotada internacionalmente em eleições nos EUA e no Brasil. A unidade da esquerda em Portugal parece ser relativamente fácil para se apoiarem políticas austéritárias do Governo mas impossível quando é impreverível o combate por princípios de valores democráticos, sejam de liberdade, económicos ou sociais.

A Frente Unitária Antifascista lamenta profundamente que a unidade necessária para uma candidatura de esquerda pela solidariedade, pela fraternidade, pela liberdade do povo trabalhador não tenha sido o critério fundamental para combater a direita e a extrema-direita e o resultado poderá ser desastroso.

Nem Marcelo, nem Ventura. Candidatura de esquerda única.

ORÇAMENTO DE AUSTERIDADE 2021

Brigada Fernanda Mateus - Antifascistas de Coimbra

Acompanhado de ameaças de instabilidade por Costa e Marcelo, este orçamento segue na continuidade dos anteriores, que alimentam a ilusão da recuperação de rendimentos, mantendo no entanto a sua estagnação - a confusão ronda os partidos da esquerda parlamentar que apoiaram diligentemente os anteriores orçamentos. O BE ensaia um distanciamento e paga o preço da ira de Costa, o PCP justifica a abstenção que permite a aprovação do OE embora critique a “opção e compromissos do PS de manter o país submetido às orientações do imperialismo e da União Europeia, e amarrado aos interesses do grande capital”, que “limitam e impedem a resposta plena aos problemas do País” (Teses do XXI Congresso).

Este é um orçamento de austeridade com um significativo aumento de impostos (2839 milhões), que congela mais uma vez as pensões superiores a 659€ e os salários dos trabalhadores da função pública, que reduz a despesa com a educação e não reforça as transferências do OE para o SNS. Os 805 milhões de euros que o governo promete para a saúde não representam qualquer acréscimo face ao que já foi executado em 2020. Os profissionais de saúde prometidos são, na realidade, menos de metade do proposto sem que a revalorização de carreiras seja equacionada. Se isso não bastasse, propõe um investimento público altamente insuficiente para reanimar a economia.

Entretanto, não haverá alterações à lei laboral, pelo que os despedimentos e a precariedade continuarão a caracterizar o mundo laboral português; o layoff simplificado dará lugar a um novo programa através do qual os salários dos trabalhadores serão pagos exclusivamente pela Segurança Social. Mais uma vez continuamos a hipotecar as reformas do futuro para pagar salários atuais, com benefício óbvio para as grandes empresas. São estas que continuam a ter financiamento imaculado com este orçamento, continuaremos por exemplo, a injectar milhões de dinheiro público no Novo Banco.



Ao longo destes 5 anos, a aprovação sucessiva dos orçamentos de estado coloca hoje uma contradição insanável aos partidos que apoiam a geringonça: com o argumento da “recuperação de rendimentos e direitos”, PCP e BE têm contribuído para a estagnação do país e dos rendimentos dos seus trabalhadores, aprovando os orçamentos do PS. Não foi o PS que abdicou do seu programa e da sua matriz, mas sim o BE e o PCP que abdicaram dos seus.

Hoje, percebe-se que a aprovação sucessiva de orçamentos do PS significa que à esquerda do parlamento não existe nenhum vislumbre de alternativa à precariedade, desemprego e miséria das classes populares. Percebem-se que isso é o maior fermento do crescimento da extrema-direita. No entanto, amarrados à ideia de que não viabilizar o OE2021 é abrir a porta à vitória da direita nas próximas eleições, PCP e BE ficam em cima do muro, pois para “desmascarar” este orçamento, seria necessário o reconhecimento de que a sua política tem sido um erro. Não o fazendo, acabam por andar em constantes malabarismos que os descredibilizam. O PCP viabiliza o orçamento invocando as “importantes conquistas”, que mais não são do que medidas emergenciais temporárias. O BE ensaia o distanciamento ao PS justificando a rejeição do orçamento com a ideia de que o PS se está a distanciar do caminho percorrido nos últimos 5 anos, aspecto que, como vimos, está

longe de corresponder à verdade.

E a extrema-direita, terá algum contributo democrático? Parece que não: tem-se limitado à crítica, e a esperar o desfecho do teatro da esquerda na assembleia.

Hoje, mais do que nunca, é essencial um programa de esquerda determinado a fazer uma alteração estrutural no rumo político seguido – e que se foque na verdadeira recuperação de direitos e rendimentos dos trabalhadores, cada vez mais depauperados pela crise pandémica.

Com efeito, é necessário impedir novas injecções de dinheiro no sistema bancário e canalizar estes recursos para a reconversão energética da nossa economia, investir massivamente nos recursos humanos para recuperar os elevados danos no Serviço Nacional de Saúde provocados pela crise pandémica, privilegiar o apoio às PMEs em detrimento do apoio às grandes empresas, impedir os despedimentos em tempo de pandemia; não esquecendo nunca de apoiar quem se encontra em situação precária, garantido o seu direito a viver com dignidade.

A junção da miséria com a falta de alternativa de esquerda é a antecâmara do crescimento do fascismo. Posto isto, exigimos unidade à esquerda em torno de uma alternativa que rompa com a barbárie do sistema neoliberal! Estaremos com quem esteja à altura deste desafio.

QUANTO CUSTA SER RACISTA?

Núcleo Antifascista de Braga

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) multou recentemente André Ventura em 438,81 por descriminar a comunidade cigana. Esta multa é relativa a um post no Facebook em que Ventura diz: "A verdade acaba sempre por prevalecer. Quase 90% da comunidade cigana vive de 'outras coisas' que não o seu próprio trabalho. Enquanto não percebermos que há aqui um problema estrutural de subsidiodependência e de não integração deliberada, ele continuará a crescer descontroladamente". Segundo a decisão da CICDR, Ventura praticou uma contraordenação, punível com coima, por "discriminação por assédio em razão da origem étnica". É por demais evidente que o valor da multa é ridículo tendo em conta o conteúdo das palavras, a reincidência de comportamento e a posição que tem de deputado na AR.

Esta é apenas uma das muitas publicações xenófobas e racistas de Ventura nas redes sociais. É sobejamente conhecido que as posições públicas de André Ventura se caracterizam por ataques sistemáticos a minorias tendo como alvo preferencial a comunidade cigana. Recentemente Ventura colocou como condição para viabilizar uma geringonça de direita no Governo, à semelhança da dos Açores, "resolver o problema dos ciganos". Aparentemente Ventura, que já vilipendiou de toda forma e feitio a comunidade cigana, que já propôs um "plano de abordagem e confinamento exclusivo para as comunidades ciganas", tem agora uma solução final que começa por "um levantamento urgente da composição, quantificação e localização das comunidades ciganas em Portugal".

É também importante fazer uma reflexão séria sobre quem é esta entidade



“André Ventura continua assim impunemente, ou de forma low cost, a poder espalhar o seu discurso falacioso e de ódio com o beneplácito das instituições.”

que torna tão barato o ser racista. A CICDR é o órgão de combate à Discriminação Racial. Esta Comissão tem por objeto prevenir e proibir a discriminação racial e sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de direitos fundamentais ou na recusa ou condicionamento do exercício de direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da pertença a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência ou território de origem. Tomando a prática como o critério da verdade, vemos que a realidade da atuação deste órgão não parece de todo corresponder

à sua missão.

Segundo o SOS Racismo, das 1399 queixas recebidas entre 2005 e 2018, apenas 24% (cerca de 340) conduziram à abertura de um processo de contraordenação e apenas 1,7% (25) das queixas iniciais resultaram numa condenação. Se a esta circunstância acrescermos os resultados do projeto de investigação COMBAT, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o cenário é ainda mais crítico. Os resultados mostram que, entre 2006 e 2016, a maioria dos 106 processos de contraordenação decorrentes de queixas por discriminação nas áreas da educação, forças de segurança, habitação e vizinhança foi arquivada. Até 2019, a taxa de arquivamento para cada uma das áreas situa-se nos 80%, sendo 22% por motivos de prescrição. Sem contar que, nos últimos 10 anos, não houve nenhuma condenação das 75 queixas apresentadas contra agentes de autoridades. Ainda segundo esta investigação, apenas 5,8% destes casos resultaram numa condenação efetiva e a média do valor das coimas aplicadas é irrisória, situando-se nos 731 euros. Os números falam por si tornando óbvio que a atuação do CICDR não corresponde às necessidades de um país que padece de problemas de racismo estrutural e institucional como Portugal.

Citando Ricardo Quaresma, "o populismo racista do André Ventura apenas serve para virar homens contra homens em nome de uma ambição pelo poder, que a história já provou ser um caminho de perdição para a humanidade". Racismo é crime e aparentemente o crime compensa. André Ventura continua assim impunemente, ou de forma low cost, a poder espalhar o seu discurso falacioso e de ódio com o beneplácito das instituições.

**NÃO DEIXES O ÓDIO AVANÇAR
JUNTA-TE AO TEU NÚCLEO ANTIFASCISTA LOCAL**

XIII GOVERNO REGIONAL: VERGONHA NACIONAL

Núcleo Antifascista dos Açores

No passado dia 24 de novembro tomou posse o XIII Governo Regional dos Açores. José Manuel Bolieiro tornou-se, assim, o seu quinto presidente, em resultado das eleições regionais realizadas em outubro passado. Nesse momento solene desfilaram os secretários regionais empossados, de onde se destaca a sua politização e a diminuição da participação feminina.

Este Governo teria toda a legitimidade para ser formado, mesmo em regime de coligação, se não fosse a intervenção de um discurso de apelo ao ódio que, pela primeira vez depois do 25 de abril, tem um lugar nas tomadas de decisões. O apoio do Chega ao atual governo constitui uma verdadeira ameaça à democracia: com uma coligação minoritária que precisa desesperadamente do seu suporte, existe um espaço de manobra para que este partido possa influenciá-la no seu discurso e ação. As medidas avançadas revelam, desde já, uma lógica populista que como alvos tem aqueles que menos têm, sendo uma presa enfraquecida. Um discurso impulsivo e de conversa de café que resulta, por exemplo, na diminuição do número de deputados, o que constitui um atentado à pluralidade (principalmente tendo em conta a natureza insular dos Açores).

O ataque aos beneficiados pelo RSI é uma manobra de baixo nível, porque, perversamente, se está a falar de uma maioria de menores de idade a recebê-lo, numa média a rondar o 80€ cada. No acordo estabelecido entre os partidos refere-se que o combate à «subsidiodependência» da população ativa, no entanto isto não é nunca dito em público, com o objetivo de demonizar aqueles mais desfavorecidos. Interessante é o facto de não haver um plano para gerar o emprego necessário para poder reduzir o número de beneficiários, o

que ainda se deve tornar mais difícil pela missão de reduzir o papel das instituições democráticas na economia.

“O ataque aos beneficiados pelo RSI é uma manobra de baixo nível, porque se está a falar de uma maioria de menores de idade a recebê-lo, numa média a rondar o 80€ cada.

Mais uma vez fica visto aquela que é a cobardia do CH sobre fazer frente àqueles que são os verdadeiros parasitas: as elites económicas. No acordo assinado não existe uma única menção à forma como aqueles com mais riqueza ajudarão a ultrapassar esta crise, tratando-se, não nos esqueçamos, da região mais desigual do país. Esta visão está lamentavelmente exposta no programa de governo apresentado no início de dezembro: uma defesa acérrima da meritocracia e do mercado livre.

Assim se dá a normalização da extrema-direita. Um discurso vazio e aparentemente inofensivo que cavalga na onda do populismo. Olhemos brevemente para o cenário em dois países:

Na Alemanha, na sequência das eleições regionais da Turíngia em 2019, o cordão sanitário em torno do movimento demagógico foi derrubado pela CDU, pela primeira vez, com a formação de um governo de coligação e isso levou a que rolassem cabeças a nível nacional, bem como a que um novo presidente de governo fosse eleito nessa região;

Na sequência das regionais da Andaluzia, em 2018, com vista a retirar os socialistas do poder, formou-se uma coligação entre partidos de direita que contou, pela primeira vez, com o apoio da extrema-direita. Hoje, essa força é a 3ª a nível nacional.

Este é um assunto muito sério que não pode ser tratado como menor. Vivemos no meio de uma crise sanitária, de uma crise climática e de uma crise social, não precisamos de outra. Aqui estaremos enquanto Núcleo Antifascista para combater o crescimento das discriminações, do ódio e do autoritarismo. Não passarão!

